



O ensino gaúcho no contexto do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha

Glauce Stumpf¹

Resumo:

Este artigo trará uma reflexão sobre o ensino da Revolução Farroupilha no contexto das comemorações de 150 anos de seu início, analisando a conjuntura educacional da década de 1980, bem como tentando aproximar com os estudos realizados no meio acadêmico do mesmo período. Percebemos que em 1985 a educação ainda estava influenciada por políticas públicas de herança da ditadura militar com forte ênfase na memória construída acerca da Revolução em relação à História e suas pesquisas contemporâneas, refletindo assim nas práticas educacionais daquele ano.

Palavras-chave: Revolução Farroupilha, ensino, comemoração

Abstract:

This article will reflect on the teaching of Farroupilha Revolution in the context of the celebrations of 150 years of its inception, analyzing the educational environment of the 1980s and trying to approach with studies in academia the same period. We realize that in 1985 education was still influenced by public policy inheritance of military dictatorship with strong emphasis on memory built on the Revolution in relation to history and its contemporary research thus reflecting on educational practices that year.

Keywords: Farroupilha Revolution, education, commemoration

Não é de hoje que a educação brasileira mostra sinais de ineficácia em relação à aproximação entre àquela realizada nas escolas e àquela realizada nas universidades. Na disciplina de História verificamos esse distanciamento quando lemos artigos científicos em que temas já são constantemente revistos e avançados, enquanto nas salas de aula ainda impera o “senso comum”. Como nos lembra Martins (2010) a ênfase dada a História de São Paulo em detrimento de demais Estados/Províncias nos primeiros livros didáticos da disciplina de História do Brasil devia-se ao fato de que nessa região existia uma maior concentração de pesquisadores. Fato esse que vem sendo modificado pela intensificação de historiadores debruçando-se na história das demais localidades brasileiras, refletindo assim na construção dos livros didáticos atuais. Ou seja, os livros didáticos vêm sendo reelaborados

¹ Mestranda em História na Universidade do Vale do Rio dos Sinos. E-mail: glaucestumpf@hotmail.com



porém, mesmo assim, possuem limitações (pelo próprio formato que o livro didático possui) que devem ser sanadas com outras leituras de aprofundamento.

Quando falamos de conteúdos de História, mais especificamente em relação aos conteúdos das séries iniciais do ensino fundamental, temos ainda mais presente esse distanciamento. Uma vez que os profissionais da educação que lidam com esses conteúdos possuem uma formação diferente e que é abrangente, tornando-se, em alguns aspectos, superficial. Levando em consideração a realidade brasileira, o professor com ensino médio (magistério) ainda pode lecionar nos primeiros anos do ensino fundamental. Dado esse que não deve ser levado em conta isolado, pois a formação continuada poderia (e deveria) suprir esse abismo teórico. Porém, sabemos que não há incentivos para essa formação, muito menos cursos propostos pelo governo que possuam qualidade para tal.

Partindo de uma pesquisa de mestrado², iniciada em 2013, verificamos que no ano de 1985, nas comemorações do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, a educação no Estado do Rio Grande do Sul já vinha trabalhando isoladamente em relação à produção acadêmica. Recuamos então três décadas onde uma constituição diferente estava em vigência, uma “era” (ditadura militar) finalizava-se, porém ainda mantinha-se no poder por meio de partidos democraticamente constituídos³.

Para entendermos a conjuntura educacional da década de 1980, lembremos que ainda estava em vigor a disciplina de Educação Moral e Cívica, instituída pelo Regime Militar em 1969, e que só seria extinta em 1993. Filgueiras (2006) fez uma análise de livros didáticos dessa disciplina onde pode observar aspectos importantes de sua criação e de sua maneira de lecionar. A autora trouxe dados relevantes sobre o contexto educacional das décadas de 1970 e 1980, onde demonstrou que houve um aumento da demanda de profissionais de educação, impulsionados pela universalização do Ensino Fundamental e da massificação do ensino proporcionadas pela Lei nº 5.692/71. Demanda essa que não foi suprida imediatamente (poderíamos dizer que nem nos dias atuais) sendo necessária a contratação de profissionais com qualificações diversas - professores de História lecionando Geografia, por exemplo. Outro dado acerca desse contexto é o fato de que o ensino foi focado para o mercado de trabalho, dando ênfase para o Ensino Técnico.

² Pesquisa, sob a orientação da Dra Eloisa Ramos, essa que analisa as comemorações do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, pelos olhares oficial, da imprensa e pela arte, que ainda se encontra em andamento na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos.

³ Para saber mais sobre o período ditatorial ler Fico (2004).



Os militares utilizaram a educação de forma estratégica, controlando-a política e ideologicamente. A concepção de educação do regime militar estava centrada na formação de capital humano, em atendimento às necessidades do mercado e da produção. A escola era considerada uma das grandes difusoras da nova mentalidade a ser inculcada - da formação de um espírito nacional. A reforma do ensino propôs um modelo de socialização, que tinha como estratégia educar as crianças e os jovens nos valores e no universo moral conformando os comportamentos do homem, da mulher e o vínculo familiar. (p. 3377 e 3378)

Apesar de nosso recorte aqui ser de apenas um ano, o de 1985, em que já se vivia em um regime democrático, temos que lembrar que era apenas seu primeiro ano e que as instituições políticas e de mentalidades não se rompem com a mesma facilidade de criação de um decreto ou até mesmo de uma constituição. Sendo assim, a prática escolar desse ano estava permeada por essa construção realizada ainda no final da década de 1960. Conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais (1996) atuais:

Até dezembro de 1996 o ensino fundamental esteve estruturado nos termos previstos na Lei Federal nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Essa lei, ao definir as diretrizes e bases da educação nacional, estabeleceu como objetivo geral, tanto para o ensino fundamental (primeiro grau, com oito anos de escolaridade), proporcionar aos educandos a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, preparação para o trabalho e para o exercício de consciência de cidadania. (p. 13)

Com essa pequena explanação sobre o histórico da educação brasileira, poderíamos inferir que até a década de 1990 o contexto escolar manteve-se influenciado pelas políticas adotadas durante o Regime Militar. Sendo assim, os “formadores” desses cidadãos e, conseqüentemente, os educandos receberam essa influência. Ainda sobre o excerto acima, vemos que nos objetivos do ensino havia o foco para o mercado de trabalho, que Filgueiras (2006) já havia mencionado, e o “exercício de consciência de cidadania”, afirmação essa que, durante as décadas de 1970 a 1990, nos leva a crer que era uma prática voltada aos interesses políticos existentes.

Nossa intenção nesse artigo é compreender como se inseriu a educação nas comemorações dos 150 anos da Revolução Farroupilha. Ou seja, tentar perceber como a comemoração organizada pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul planejou e executou projetos para o ano de 1985 no âmbito educacional. Para tanto, faz-se necessário entendermos o conceito de comemoração, uma vez que as ações nesse ano foram por ela motivadas. Nesse sentido, utilizamos como referência Ozouf (1988) quando esta fala de festa, mostrando que a sua base está na repetição. Para a autora celebrar um fato histórico com certa continuidade,

denota a busca por uma inserção do mesmo na memória coletiva da sociedade. Perceberemos que essa festa possibilita a maleabilidade do fato histórico, de certa maneira uma inconstância em relação ao fato propriamente dito, uma vez que a festa trabalha muito mais com uma representação dele, tornando-o presente e fazendo crer que é passível de mudanças. A repetição é fundamental na festa, possibilitando a ilusão, o engano, o desvio, e, acima de tudo, a manipulação por meio de uma crença no reinício e na esperança, falando muito mais do tempo presente do que do tempo evocado. Se aproximando muito com o que Lacarrieu (2012) e Arruda (1999) compreendem por comemoração.

As comemorações no Estado foram oficializadas desde 1964⁴, conhecidas como a Semana Farroupilha, onde se festeja anualmente, entre os dias 14 e 20 de setembro, a Revolução Farroupilha (1835-1845). Desde já percebemos a ênfase em seu início. Nesta ocasião são realizados encontros oficiais que celebram o que, a partir de construções políticas e culturais, representa-se como mito fundador do Estado, tornando-se uma reivindicação de identidade e expressão pública de memória (RICOEUR, 2007, p. 95). Essas comemorações expandem-se por todas as esferas da sociedade gaúcha quando escolas, comércio e festivais culturais movimentam-se para a semana do dia 20 de setembro. Porém, assim como no centenário da Revolução Farroupilha⁵, o sesquicentenário promoveu, por parte do governo e de instituições privadas, uma série de eventos comemorativos.

Em uma comemoração teremos apenas do fato evocado fragmentos, pois é o presente que irá “provocar” o passado. Entretanto, torna-se relevante para o estudo aqui proposto retornarmos ao evento rememorado: a Revolução Farroupilha. Esta foi uma guerra que se passou no atual Estado do Rio Grande do Sul, região de fronteira, que estava (no século XIX) em constante estado de litígio (ALVES, 2004, p. 16) e durou quase 10 anos onde houve diversas batalhas e conflitos entre ambos os lados (farroupilhas – como eram conhecidos os rebeldes - e imperiais). De acordo com Flores (1978) e Alves (2004) podemos dividi-la em momentos ou fases, os dois principais foram: a sedição, entre 20 de setembro de 1835 a 11 de setembro de 1836, e a rebelião, onde houve uma ruptura institucional. Nem todos os 14 municípios da então Província de São Pedro aderiram à causa farroupilha.

De acordo com Padoin (2011, p. 76-77) “a Revolução Farroupilha surgiu como fruto dos interesses econômicos e políticos pertencentes à elite da campanha riograndense e a outros setores sociais que, por vínculos e crenças políticas, se uniram em um projeto político

⁴ Decreto nº 4.850 de 11 de dezembro de 1964. FRSF, cx 24.

⁵ Como na dissertação de Silva: *Do passado ao futuro: a escrita comemorativa do Centenário Farroupilha na imprensa porto-alegrense*, defendida em 2012.



que teve no federalismo sua bandeira”. Para Maestri (2010) e Flores (1985) os motivos para a eclosão da guerra foram, principalmente, dois: 1) a falta de autonomia provincial, intensificada pela regência, com a nomeação de presidentes pela própria corte; 2) acusação do então presidente provincial, Fernandes Braga, para com os farroupilhas de separatistas.

Os farroupilhas que tomaram o liberalismo como bandeira foram comandados por grupos da elite latifundiária. Conforme Alves (2004),

Os liberais rio-grandenses defendiam a ideia de que o governo deveria pertencer a uma elite que escolheria os representantes do povo, massa bruta que não tinha condições de participar nem de eleições. Deste modo, os rebeldes farroupilhas moldaram um pensamento liberal peculiar, com evidente conotação elitista, que serviu para legitimar suas posturas e atingir seus intenos naquele determinado momento histórico (p. 32).

Pesavento (1985) também reflete sobre o liberalismo do início do século XIX, no contexto farroupilha, afirmando que ele havia sido “metabolizado”, pois “o processo histórico da colonização/descolonização havia gerado contradições, formando cá e lá, agentes sociais portadores de um modo liberal de agir” (p.29).

Inegáveis foram as influências da Banda Oriental no pensamento e nas ações farroupilhas. Demonstram isso tanto Padoin (2011) e Piccolo (1985) quanto Flores (1978), ao trazerem a importância da anexação da Província Cisplatina ao território brasileiro, em 1821, e como a sua independência alterou o contexto econômico da Província de São Pedro, em 1828. Também é importante destacar a intensa movimentação dos farrapos nesse território para utilização do porto, uma vez que o único porto da Província, Rio Grande, sempre fora imperial.

A pacificação do território só se realizou com o Presidente nomeado pelo império brasileiro Barão de Caxias. Desde 1842 houve intensas ações e negociações que originaram a Paz de Ponche Verde finalizando a guerra. Os farroupilhas obtiveram perdão imperial em relação aos atos durante a guerra, liberação dos prisioneiros, escolha do presidente da Província, mantendo-se Caxias (ALVES, 2004, p. 41).

Apesar de ser constantemente revista e analisada, a Revolução Farroupilha ainda possui grandes polêmicas, o debate historiográfico ainda se mantém.

A partir do processo histórico que redundaria na Revolução de 1930, no entanto, a historiografia intentaria criar novas interpretações para a revolta dos farroupilhas, transformando-a num movimento que traduzia o civismo/patriotismo dos rio-grandenses, que teriam promovido a luta da liberdade contra a “tirania” – um inimigo difuso, sem face, de difícil



identificação -, ou seja, que teriam “heroicamente” lutado em nome da brasilidade (ALVES, 2004, p. 44).

Essa construção historiográfica do Rio Grande do Sul já havia sido trabalhada por Ieda Gutfreind na década de 1990. Ambos os autores, Alves (2004) e Gutfreind (1992), fizeram esses estudos posteriores a 1985, porém, na década de 1980 já havia publicações acadêmicas de História da Revolução Farroupilha publicadas (como a obra organizada por Dacanal, publicada em 1985).

Para a comemoração dos 150 anos da Revolução o governo do Estado, ainda em 1983, instituiu o ano de 1985 como o Ano do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha. De acordo com o Decreto de número 31.381, foi também originada uma Comissão Executiva que iria organizar todos os projetos. Essa Comissão subdividiu-se em 10, com temas diversificados e que se reuniram já em 1984 propondo projetos.

Aquela que nos interessa aqui, a Subcomissão de Ensino, teve inúmeros projetos propostos e diversos relatórios realizados. Sua atuação era, essencialmente, no Ensino Estadual. Para remontar as atividades dessa subcomissão foi necessária a consulta no Fundo do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha que se encontra no Arquivo Público do Estado. Os relatórios que encontramos eram de final de 1984, ou seja, não temos ainda a repercussão de todos os projetos, apenas de alguns deles.

A Subcomissão de Ensino foi composta pelos seguintes integrantes representantes: Secretaria de Educação e Cultura, Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino Secundário, Primário e Comercial do Rio Grande do Sul, Fundação para Desenvolvimento de Recursos Humanos, União dos Escoteiros do Brasil, Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização, Liga de Defesa Nacional e Fundação Televisiva Educativa. Ficando como coordenador Paulo Sérgio M. Miranda e como suplentes Celso Amarando Dalben e Geraldo M. Fagundes.

A partir dessa constituição, temos indícios da maneira como fora conduzida a Subcomissão de Ensino. Primeiramente, verificamos que não há a presença de nenhuma universidade⁶, comprovando o distanciamento entre universidade e escola, já referido no início desse artigo. Relevante também destacar a presença de duas instituições, heranças da ditadura militar: Fundação para Desenvolvimento de Recursos Humanos e Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização. A primeira foi instituída em 1972 e possuía como

⁶ Duas universidades participaram ativamente da criação e execução de projetos, estando nas subcomissões de História e Geografia, a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul. A Universidade do Vale do Rio dos Sinos organizou um curso sobre a História da Revolução Farroupilha.



finalidade básica promover estudos e pesquisas que pudessem compreender a oferta e demanda de mão de obra técnica e consequentemente oferecer cursos de qualificação para áreas com falta de “força de trabalho” (Lei nº 6.464, 15/12/1972). A segunda ficou conhecida como Mobral e era um programa do governo brasileiro iniciado em 1971 sendo extinto em 1985 que previa a alfabetização de jovens e adultos, trabalhando apenas aspectos funcionais (letramento e raciocínio lógico) focando o aperfeiçoamento de uma mão de obra qualificada.

Também esteve presente como representante na Subcomissão A Liga da Defesa Nacional, uma entidade cívico-cultural, que foi fundada em 07 de setembro de 1916 e ainda está em vigor. Possui como objetivo manter o sentimento de patriotismo nos cidadãos brasileiros. Alves (2012) relata a história da entidade, ressaltando que o Estado com maior atuação dentro da Liga tem sido o Rio Grande do Sul, onde apontou que a participação da mesma:

na vida nacional está bem expressa pela proposta feita ao Governo, que resultou na obrigatoriedade do ensino do português nas colônias de imigrantes, que até então ensinavam apenas o idioma do país de origem. Também a inclusão do ensino formal de assuntos ligados ao civismo e ao patriotismo, nas escolas, com ênfase para o canto do Hino Nacional, o culto à Bandeira e o conhecimento da história pátria. (s/ p.)

Com tonalidades conservadoras, a organização da Subcomissão de Ensino estava voltada apenas para a prática escolar e não visava mudanças na organização do ensino. A posterior análise que faremos irá corroborar ainda mais o distanciamento entre a prática e a teoria. Focaremos agora nos projetos desenvolvidos durante o ano de 1985.

Os primeiros projetos executados pela subcomissão visavam à organização interna nas escolas, como o “Encontro com supervisores” que tinha como objetivo preparar 80 profissionais para conhecer o Decreto nº 31.381 de 1983 e orientá-los, contextualizando-os para a aplicação dos demais projetos. Por essa razão foi criado um texto sobre a Revolução Farroupilha para os supervisores.

O texto, intitulado “Uma introdução ao estudo da Revolução Farroupilha”, foi elaborado por três professores, professor Luiz Dario Teixeira Ribeiro (já professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul), professora Sandra Peixoto Quintana e professora Vanessa Dutra Barcellos. Este trabalho reconstituiu os principais (ou mais conhecidos) fatos da Revolução Farroupilha. Com 16 páginas, fez um apanhado dos antecedentes, dos momentos, ou das fases, da Revolução e de sua finalização. Durante todo o texto não houve a presença da palavra guerra, mas sim batalha, e referindo-se apenas a duas –



a Batalha do Seival e do Fanfa. Ao aludirem sobre a Revolução utilizavam como sinônimo “movimento”, “conflito” ou “processo”.

Na introdução do texto, os autores afirmaram que: “O objetivo desse trabalho é o de contribuir com subsídios que, sem cair no culto mítico dos heróis e na execração dos anti-heróis, dê uma visão geral do processo revolucionário e permita a reflexão sobre ele” (1984, primeira página). Podemos inferir a tentativa dos três professores em fazer emergir o fato histórico, buscando uma reflexão por parte dos leitores.

Ao longo do texto a história da Revolução foi sendo brevemente narrada, com bibliografia ao final. Um dos aspectos trabalhados pelos autores será destacado, para evidenciar a sua diferenciação com os demais projetos da subcomissão de Ensino por visar um maior aprofundamento do tema evocado nas comemorações. Denominado “constitucionalismo nacional” os três professores referiram-se à dissidência farroupilha em 1836 como um ato extremo de brasilidade e não de separatismo – tese essa defendida durante toda a comemoração, bem como na maioria da historiografia rio-grandense. Apesar disso, o texto não deixa de mostrar a importância da Região Platina para o desenvolvimento do Estado, então Província, trazendo nos antecedentes da Revolução a anexação da Província da Cisplatina como altamente relevante para a economia dos estancieiros gaúchos e a existência do contrabando na região de fronteira (trabalhada como algo móvel, sendo apenas fixa após o Tratado de Ponche Verde).

Esse trabalho subsidiou os supervisores das escolas Estaduais para que pudessem posteriormente organizar projetos em suas escolas de atuação e para professores ocorrerem palestras em todo o Estado visando ampliar os conhecimentos dos mesmos sobre o tema a ser comemorado.

Apesar de possuírem um texto organizado por professores, com uma bibliografia para consulta ao final, esse mesmo texto foi apresentado por meio de um Boletim Especial, de dezembro de 1984, que explicava a motivação de tal subsídio teórico. Apesar de compreendermos os esforços dos professores para reconstituírem a história por trás da



comemoração, a própria subcomissão retorna ao mito⁷ do gaúcho, uma construção constantemente trabalhada⁸. Um excerto desse Boletim pode nos ajudar em nossa discussão:

E nós, educadores, iremos canalizar nossas energias e nossas forças para fazer renascer o entusiasmo nos alunos e na comunidade, nossos sentimentos nativistas, nosso orgulho de gaúcho. Vestiremos nossas cores, analisaremos e retornaremos nossas tradições, pois existem valores permanentes, respeito e responsabilidade que devem ser preservados já que se constituem em formas de referência absolutamente essenciais para a conservação da memória de um povo⁹.

Esse trecho pode ser visto como um resumo da visão da Subcomissão em relação à sua concepção do evento a ser comemorado. Percebemos a superficialidade e a restrição ao tradicionalismo gaúcho nas práticas escolares, pois apesar de supervisores terem tido acesso a um material de subsídio histórico, aquele que chegou a prática escolar parece estar imerso apenas nas construções tradicionalistas.

O tradicionalismo aqui referido é um movimento que se expandiu rapidamente e hoje reivindica ser o maior movimento cultural do mundo e baseia-se na representação da figura do gaúcho em uma cultura urbana, uma identidade que se transformou em móvel de disputas (OLIVEN, 1992, p. 10). Iniciado no final da década de 1940 por jovens estudantes, “os valores do tradicionalismo difundidos por seus intelectuais estão calcados na vida campeira das regiões de pecuária de latifúndio” (Oliven, 1992, p. 10), aproximando do que coloca Maciel (2007) “este é o campo no qual o movimento atua num processo de construção e afirmação identitária que acaba por criar uma Cultura Tradicionalista” (p.6).

Pertinente trazermos Pesavento (2006) para o debate, quando ela afirma que “educação, Estado, historiografia são legitimadores de uma memória, ou seja, sacralizam aquilo que deve ser lembrado e também o que deve ser esquecido” (p. 5). Entrando nessa discussão a importância das comemorações para essas construções, como colocam Ozouf (1988) e Arruda (1999). Sendo assim, essa manutenção de uma memória manipulada como a construção tradicionalista gaúcha pode ser compreendida dentro de uma estratégia aos

⁷ Conforme Chauí (2000) podemos compreender o mito em três sentidos, o primeiro, etimológico, “de narração pública de feitos lendários da comunidade”, o segundo, antropológico, “no qual essa narrativa é a solução imaginária para tensões, conflitos e contradições que não encontram caminhos para serem resolvidos no nível da realidade” e, o terceiro, na acepção psicanalítica “como impulso à repetição de algo imaginário, que cria um bloqueio à percepção da realidade e impede lidar com ela” (p. 9).

⁸ De acordo com Albeche (1996) o mito do gaúcho possui uma estrutura, “de natureza livre, nobreza de sentimentos e exemplo de coragem” (p. 17), que é constantemente repetida e reinterpretada tanto na literatura quanto na historiografia. Nedel (2005) aprofunda essa análise ao demonstrar que esse mito é acompanhado da negação do outro, aqueles que não são contemplados como imigrantes, mulheres, negros indígenas, entre outros (p. 58). Na década de 1980 essa construção já estava consolidada e foi perceptível por meio da supressão de outros que não o gaúcho. Ou seja, silenciou-se em 1985 sobre “os outros”.

⁹ Boletim Especial – dezembro/1984, FSRF, cx 19.



interesses políticos, como também coloca Ricoeur (2007). Ainda mais quando inserida no contexto escolar onde a sua prática atinge um número enorme de pessoas com bastante eficácia.

Os projetos não ficaram restritos ao ambiente escolar, apesar de sempre ter esse como seu público. Uma exposição foi planejada para os meses de março a setembro de 1985, no Museu Júlio de Castilhos, com testemunhos e objetos do período da Revolução Farroupilha, assim como uma exposição itinerante com esses materiais (reproduções em imagens) para acessibilidade de 38 municípios gaúchos.

Outro projeto que foi proposto e executado nas escolas Estaduais, intitulado “Estímulo a atividades cívicas nas escolas”, foi organizado pela Coordenação de Educação Moral e Cívica da Secretaria de Educação e Cultura do Estado. O objetivo do projeto era “realizar atividades que visem enaltecer eventos marcantes da Revolução Farroupilha¹⁰”. Com duração de um ano, o ano letivo de 1985, justificando-se da seguinte maneira: “buscamos promover e estimular o civismo dos jovens estudantes rio-grandenses para, através de estudos e atividades comemorar os episódios heroicos dos bravos ‘farrapos’ que enriqueceram a história do Brasil com páginas de extraordinário civismo¹¹”. A justificativa evidencia a superficialidade dos estudos, limitando-se ao tradicionalismo, bem como enaltecendo (por meio do uso de adjetivos) a Revolução Farroupilha. Os objetivos do projeto reforçam essa idéia: “Assegurar, através do conhecimento dos vultos que viveram o movimento de 1835 a 1845, o respeito dos jovens pelas virtudes cívicas demonstradas por seus antepassados, nesta gloriosa página da História Rio-Grandense¹²”. A partir dessa construção percebemos a falta de argumentação histórica ao embasar a seleção dos “eventos marcantes”, sendo escolhidos exatamente aqueles que permanecem na memória construída sobre a Revolução Farroupilha.

Parece-nos, em um primeiro momento, que não havia a participação de estudos acadêmicos, ou uma pesquisa aprofundada nos fatos históricos por parte da organização do evento, bem como dos professores, porém é importante ressaltar que havia uma bibliografia para subsidiar os projetos, em alguns casos, como no primeiro texto comentado, aquele organizado para orientadores, uma bibliografia própria com a presença de pesquisadores acadêmicos como Flores (1978 e 1985). Mesmo assim, mantiveram-se assim apenas os fatos e os personagens mais conhecidos, principalmente naqueles que se tornaram ícones no imaginário social gaúcho, indo ao contrário do que Arruda (1999) propõe como uma

¹⁰ Relatório da subcomissão de Ensino s/ pg, FSRF, cx 1.

¹¹ Ibid. s/pg.

¹² Ibid. s/pg.



comemoração, um espaço para reflexões acerca do *status quo* vigente visando uma análise crítica, o que não teve espaço em 1985.

Retomando as atividades da subcomissão de Ensino como proposta dentro desse contexto de exaltação, podemos exemplificar o projeto de denominação de escolas com nomes de “vultos farroupilhas” para aquelas que fossem abertas no decorrer de 1985. Abaixo segue a justificativa do projeto:

Considerando que existe um desconhecimento e consequente desvalorização das nossas raízes culturais, justifica-se o presente projeto, através do qual será levado às Escolas e comunidades um chamamento às Comemorações do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha. Ainda objetiva-se, com o mesmo, além de comemorar os 150 anos do maior fato da nossa História, prestar uma homenagem aos homens desse Movimento, cultuando sua memória e assim reascender o sentimento pátrio e cívico de todos os gaúchos¹³.

Na primeira frase do excerto acima percebemos que houve a substituição da história acadêmica em relação às raízes culturais, ou seja, ao tradicionalismo gaúcho. Ao entendimento desse projeto está a relação entre as comemorações e o tradicionalismo – ali colocada como “raízes culturais”. À História cabe apenas a lembrança do fato – eclosão da Revolução – o restante fica a cargo do culto a memória.

Também houve publicações da Subcomissão de Ensino voltadas para subsidiar a prática escolar. Como exemplo, temos um livro para professores, com sugestões de atividades, elaborado por professores da Secretaria Municipal da Educação do Município de São Sebastião do Caí e professores voluntários da Rede Pública Estadual. A capa do livro segue o padrão das publicações em torno das comemorações, com o símbolo oficial (o número 150 nas cores da bandeira gaúcha em listras e em ondulações, simulando uma bandeira) bem como o símbolo do então governador Jair Soares. Na apresentação do livro Francisco Salzano V. da Cunha, Secretário do Estado de Educação e Cultura, inicia com a seguinte frase: “Orgulhar-se de suas raízes e honrar as tradições de sua terra é, muito mais do que um dever, uma necessidade de todo indivíduo”. Esse trecho não só representa a opção pelo tradicionalismo a História como evidencia um trabalho sem pesquisas teóricas acadêmicas que o embase, um fato presente na prática educacional até os dias de hoje. O livro intitulado “A terra dos farrapos: história, lendas e costumes” é uma pequena cartilha com sugestões de atividades práticas, para os alunos, dividida por série. Até a quarta série trabalhou-se com as construções tradicionalistas, lendas, mitos, roupas, costumes e

¹³ Relatório/84, FSRF, Caixa 9.



curiosidades. A partir da quinta série foram, gradativamente, inseridos fatos históricos, mas numa perspectiva de matriz lusitana. O livro possui bibliografia ao final com 49 livros que, excetuando as duas obras de Flores, Modelo Político dos Farrapos e História do Rio Grande do Sul, privilegiaram as construções literárias ou poéticas (como obras de Paixão Cortes, Barbosa Lessa e Simões Lopes Neto).

Considerações finais

Tentamos ao longo desse artigo mostrar que o distanciamento entre prática escolar e pesquisas acadêmicas remonta a década de 1980 – lembrando que nesse período os Programas de Pós-Graduação em História estavam apenas iniciando, com a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porém, não podemos ignorar que, mesmo pequena, já existia uma produção regional. Transferindo a reconstituição da História do Rio Grande do Sul para a construção tradicionalista, que a divulgou e popularizou por meio de atividades culturais.

Poderíamos inferir que muitas das políticas educacionais adotadas no período da ditadura militar ainda estavam vigentes e que incentivaram e acentuaram a prática escolar dissociada daquela ensinada e pesquisada em universidades. Quando nos lembramos da massificação do ensino ocorrida na década de 1970, tornando o Ensino Fundamental obrigatório exigindo do mercado de trabalho uma mão de obra qualificada – que esse mesmo governo buscava ampliar – que não existia, poderíamos compreender como uma medida positiva. Porém, como pudemos observar não era objetivo a qualidade desse ensino, mas sim a efetivação do mesmo. Isso se torna visível quando percebemos as diversas práticas políticas em relação ao ensino técnico, não viabilizando a construção teórica e filosófica nas escolas.

O sentimento pátrio e a brasilidade foram ressaltados várias vezes – não só nas produções da subcomissão de ensino, mas na Comissão Executiva como um todo –, e se usarmos o conceito de nação de Anderson (1989) lembraremos que sua concepção é imaginada e soberana e seus cidadãos devem crer em seus limites. A partir dessa concepção compreendemos que a reafirmação desses limites, por parte do governo do Estado, se faz (fez) necessária, visando uma memória gaúcha indissociável da república brasileira. Foram poucas as “vozes ressonantes” que trouxeram, ao longo das comemorações como um todo, a



Revolução como separatista. E, importante ressaltar que essas vozes não apareceram nos projetos, relatórios e documentos em geral.

A Subcomissão de Ensino não promoveu um ambiente de reflexão durante as comemorações. O que houve foi uma reafirmação de sentimento pátrio (intensificado durante o período militar) e das construções do tradicionalismo. Retornando as três décadas, atualmente percebemos poucas mudanças. Mudanças principalmente nas políticas educacionais que desarticularam o civismo nas escolas, porém ainda há enormes resquícios daquelas políticas adotadas ainda na década de 1970.

Referências Bibliográficas

ALBECHE, Daysi Lange. *Imagens do gaúcho: história e mitificação*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

ALVES, Francisco das Neves. *Revolução Farroupilha: estudos históricos*. Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 2004.

ALVES, Pedro. História da LDN. In: *Liga da Defesa Nacional*. [S.I.], 19 de jan. de 2012. Disponível em: <[HTTP://www.ligadadefesanacional.org.br/+&cd=1&hl=pt-PT&ct=clnk&gl=br](http://www.ligadadefesanacional.org.br/+&cd=1&hl=pt-PT&ct=clnk&gl=br)>. Acesso em: 22 de fev. de 2014.

ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. *O trágico 5º Centenário do Descobrimento do Brasil: Comemorar, celebrar, refletir*. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais*. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CHAUÍ, Marilena. *Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

DACANAL, José Hildebrando (org.). *A Revolução Farroupilha: história e interpretação*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Reocrd, 2004.

FILGUEIRAS, Juliana Miranda. *O livro didático de Educação Moral e Cívica na Ditadura Militar de 1964: a construção de uma disciplina*. In: VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação - COLUBHE, 2006, Uberlândia. Anais do VI Congresso Luso-Brasileiro de



História da Educação - Percursos e Desafios da Pesquisa e do Ensino de História da Educação. Uberlândia - MG: Universidade Federal de Uberlândia, 2006. v. 1. p. 3375-3385.

FLORES, Moacyr. *Modelo político dos farrapos*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1978.

FLORES, Moacyr. *Revolução Farroupilha*. 2. ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1985.

GUTFREIND, Ieda. *A historiografia rio-grandense*. Porto Alegre: UFRGS, 1992.

LACARRIEU, Mónica. Bicentenarios latinoamericanos: nuevos contexto de interpelación conmemorativa? In: GUTMAN, Margarita; MOLINOS, Rita (Editoras). *Construir bicentenarios latinoamericanos en la era de la globalización*. Buenos Aires: Infinito, 2012. p. 89-102.

MACIEL, Maria Eunice. *Gauchismo, tradição e tradicionalismo*. Cadernos IHU Ideias, 87º, p. 1-26. Disponível em: < <http://www.ihu.unisinos.br/cadernos-ihu-ideias?start=120>>. Acesso em: 01 de março de 2014.

MAESTRI, Mário. *Breve história do Rio Grande do Sul: da pré-história aos dias atuais*. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2010.

MARTINS, Marcos Lobato. História Regional. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Novos temas nas salas de aula*. São Paulo: Contexto, 2010. P. 135-152.

NEDEL, Leticia Borges. Um passado novo para uma História e crise: regionalismo e folcloristas no Rio Grande do Sul (1948-1965). Tese (doutorado). Universidade de Brasília. Programa de Pós-Graduação em História, Brasília, 2005.

OLIVEN, Ruben George. *A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-nação*. Petrópolis: Vozes, 1992.

OZOUF, Mona. A festa: sob a Revolução Francesa. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierra. *História: Novos Objetos*. Rio Janeiro: Francisco Alves, 1988. p. 216-232.

PADOIN, Maria Medianeira. *Federalismo gaúcho: fronteira platina, direito e revolução*. São Paulo: Nacional, 2001.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Palavras para crer. Imaginários de sentido que falam do passado. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, Debates. 2006. Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/1499> Acesso em: 10 nov. 2012.

RICOUER, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Unicamp, 2007.

SILVA, Camila. *Do passado ao futuro: a escrita comemorativa do Centenário Farroupilha na imprensa porto-alegrense*. Dissertação (mestrado). Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Programa de Pós-Graduação em História, São Leopoldo, RS, 2012.



RIO GRANDE DO SUL. *Assembléia Legislativa*. Decreto nº 4.850 de 11 de dezembro de 1964. Porto Alegre, 1964. Localização: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Fundo do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, caixa 24.

RIO GRANDE DO SUL. *Comissão Executiva do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha*. Assembléia Legislativa. Relatório/84. Porto Alegre, 1964. Localização: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Fundo do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, caixa 9.

RIO GRANDE DO SUL. *Secretaria da Educação*. Sesquicentenário da Revolução Farroupilha. Boletim Especial – dezembro/1984. Porto Alegre, 1984. Localização: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Fundo do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, caixa 19.

RIO GRANDE DO SUL. *Secretaria da Educação e Cultura*. Subcomissão de Ensino. Relatório da subcomissão de Ensino. Porto Alegre, 1984. Localização: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Fundo do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, caixa 1.